Volumen 7, número 13
enero-junio de 2019

ISSN-e 0719-3092

Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro

Mito, Moralidad y 'Politización' en el escenario de radicalización del conservadurismo brasileño

Myth, Morality and 'Politicization' the radicalization scenario of Brazilian conservatism

Felipe Azevedo Cazetta
Doutor em História
Linha de pesquisa Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense
Professor de História Moderna e Contemporânea da
Universidade Estadual de Montes Claros
Minas Gerais, Brasil
felipecazetta@yahoo.com.br
http://orcid.org/0000-0002-2110-7531

Resumo: Após as "manifestações de junho" em 2013 o cenário político extra institucional sofreu alterações, com a inserção de indivíduos que antes estavam afastados das esferas de participação decisória. Por outro lado, isso não significou a politização das camadas que se apresentaram como origem das pressões. O que ocorreu foi significativa simplificação do debate político e a bipolarização do mesmo, entre "esquerda" e "direita", "petralhas" e "coxinhas" entre outras designações. Portanto, o artigo se propõe a analisar este fenômeno de difusão e, ao mesmo tempo, vulgarização da política, com ênfase ao uso feito por propostas conservadoras e autoritárias.

Palavra-chave: Política; conservadorismo; mito.

Resumen: Después de las "manifestaciones de junio" en 2013, el escenario político extrainstitucional sufrió alteraciones con la inserción de individuos que antes estaban alejados de las esferas de participación resolutiva. Por otro lado, eso no significó la politización de las capas que se presentaron como origen de las presiones. Lo que ocurrió fue significativa simplificación del debate político y la bipolarización del mismo, entre "izquierda" y "derecha", "petralhas" y " coxinhas " entre otras designaciones. Por lo tanto, el artículo se propone analizar este fenómeno de difusión y, al mismo tiempo, vulgarización de la política, con énfasis en el uso hecho por propuestas conservadoras y autoritarias.

Palabras clave: Política; conservadorismo; mito.

Summary: After the "manifestations of June" in 2013 the extra institutional political landscape has changed, with the inclusion of individuals that were away from the spheres of decision-making participation. On the other hand, this did not mean the politicization of the layers that are presented as a source of pressure. What happened was significant simplification of the political debate and the polarization of it, between "left" and "right", "petralhas" and "coxinha" among other names. Therefore, the article aims to analyze this diffusion phenomenon and at the same time, policy advisory services, with emphasis on the use made by conservative and authoritarian proposals.

Keyword: Politics; conservatism; myth.

Fecha de recepción: 10 de octubre de 2018.
Fecha de aceptación: 11 de diciembre de 2018.

Citar este artículo:

Chicago (Autor/a año)
Soazo Ahumada, Christian. 2019. "Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro". *Revista nuestrAmérica* 7 (13): 83-97.

Chicago (notas)
Soazo Ahumada, Christian, "Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro", *Revista nuestrAmérica* 7, no. 13 (2019): 83-97.

APA 6ª ed.
Soazo Ahumada, C. (2019). Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro. *Revista nuestrAmérica, 7* (13), 83-97.

MLA
Soazo Ahumada, Christian. "Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro". *Revista nuestrAmérica*, vol. 7, nº 13, 2019, pp. 83-97. Corriente nuestrAmérica desde Abajo. Web. [fecha de consulta].

Harvard
Soazo Ahumada, C. (2019) "Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro", *Revista nuestrAmérica*, [en linea] 7(13), pp. 83-97. Disponible en: URL

ISO 690-2 (Artículos de revistas electrónicas)
Soazo Ahumada, Christian, Mito, Moralidade e 'Politização' no cenário de radicalização do conservadorismo brasileiro. Revista nuestrAmérica [en linea] 2019, 7 (Enero-Junio): 83-97 [Fecha de consulta: xxxxxx] Disponible en:<URL> ISSN 0719-3092.

Introdução - A Caixa de Pandora brasileira: entre politização e politicagem

A Caixa de Pandora talvez seja a metáfora representativa do cenário político institucional e extra institucional contemporâneo no Brasil. Este conto de autoria atribuída ao poeta Hesíodo, do século VIII a.C., é a forma cosmogônica de explicar os males que acometem o mundo. Em uma das versões deste mito, Zeus criou Pandora e encarregou-lhe da guarda de uma caixa, da qual não poderia abrir de forma alguma. Atiçada pela curiosidade, Pandora descumpriu a advertência feita e libertou guerras, calamidades e outros desastres inseridos no recipiente pelos deuses do Olimpo, restando somente a esperança no interior da caixa. Os males do mundo, já existiam, no entanto estavam obscurecidos e concentrados, longe do contato e da visão coletiva. Quando Pandora abriu a caixa, estas calamidades fugiram ao controle, espalharam-se e apresentaram-se ao conhecimento da humanidade.

Ao atualizar este conto observamos nas "manifestações de junho de 2013" a abertura da nossa caixa de Pandora. Práticas ilícitas na política e no cotidiano, deficiências na estrutura de ensino e da saúde se manifestam no cenário brasileiro de forma estrutural. Todavia, diante da visibilidade das demandas apresentadas, houve a "presentificação" destas calamidades, já fossem existentes, porém, longe da visibilidade ou do interesse amplo.

Deste modo, é um equívoco comum, fortalecido pelos mecanismos midiáticos, com nítido posicionamento partidário, a crença de que a corrupção tem uma data de nascimento e uma única sigla partidária. Da mesma forma, é ilusório acreditar que a sociedade composta por "cidadãos de bem" esteja isenta de corrupção. Porém a entrada da população na política institucional significou a conquista do lugar da fala, mas o desconhecimento do que falar e como falar. Estas ações exemplificam mecanismos incompletos de politização, em oposição à ascensão econômica de grossa camada da população.

Estes dois elementos, embora, aparentemente desconectados, politização deficiente e ascensão econômica, são fundamentais para compreender o fenômeno de tradução da política como algo simplório. Embora deva ser vivenciada cotidianamente, a política não deve ser banal, reduzida a revanchismos, reações violentas e "confrontos de torcidas".

Desde as chamadas "manifestações de junho" ocorridas em 2013, inaugurou-se a polarização da sociedade em blocos políticos e ideológicos que, superficialmente, se organizaram entre "direita" e "esquerda", em suas diversas nuances e tonalidades. Estas manifestações, inicialmente, possuíam objetivo de reivindicação por demandas sociais como mobilidade urbana e maior acesso às esferas políticas institucionais através de canais de reivindicação alternativos.

Por ser permeável às demandas sociais de maneira abrangente, o movimento rapidamente tornou-se heterogêneo, recebendo pautas tanto de grupos marginalizados, como dos setores médios da sociedade. O alvo inicial das manifestações diluiu-se em intenções e

projetos de difícil conciliação, o que consequentemente gerou a fração em grupos organizados pelas distintas finalidades políticas. Estas novas organizações vindas da direita, com destaque as de viés extremista, passaram a tecer redes em amplitude nacional através do contato físico ou virtual, com a disseminação do acesso à tecnologia, assistido nos país.

Conjugadas às reivindicações de caráter genérico, de combate à corrupção, apontada sempre no "outro" e às demandas por melhorias na saúde e na educação pública, mas sem apresentar projetos definidores destes procedimentos, houve a divisão em grupos em disputa. Tal cenário expos e potencializou as tensões existentes na sociedade, tais como a desigualdade social e econômica e preconceitos regionais.

É importante frisar que os discursos de ódio surgidos não pressupõem fronteiras definidas por classes econômicas, pois as camadas sociais ainda modestas, mas que assistiram relativo enriquecimento, passaram à defesa da *posição de classe* adquirida. Assim, em certa medida, estabeleceram críticas às lutas por ampliação das políticas afirmativas, tais como o acesso às universidades públicas através das cotas aos negros e pessoas de baixa renda, ou aos programas de assistência social como o "Bolsa Família"[1], que antes, em certa medida os favoreceram. Assim, empenharam-se pela manutenção dos benefícios individuais adquiridos, através da maior oferta de crédito e vantagens oferecidas pelos governos de Lula da Silva e, em menor medida, pelo de Dilma Rousseff, em relação ao consumo de bens.

Evidencia-se, portanto, questões referentes à defesa da *posição de classe* elucidada por Pierre Bourdieu. Por *classe social* o sociólogo francês afirma ser esta constituída através de

> [...] estrutura social historicamente definida, e por ser afetada pelas relações que a unem a outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedade de posição*, relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo certo tipo de prática profissional (Bourdieu 2004, 3).

Em função das classes assumirem caráter de posição, os lugares galgados são flutuantes, e não permanentes. Mediante o risco de declínio ou de ser alcançada pelas camadas subalternas, há o agravamento dos choques que envolvem a posição de classe e a própria disposição de poder social inserida no grupo.

---

[1] Segundo o sítio virtual da Caixa Econômica Federal, o "Bolsa Família" "É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza." E tem como objetivos: "Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social." (Disponível em: http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx).

Assim, as fronteiras assumem o caráter simbólico, o que tornam os conflitos ainda mais graves diante da transcendência da materialidade dos mesmos. A *posição de classe*, nestes termos, não está garantida apenas pelo acesso aos bens econômicos, ou pela ocupação de determinado cargo, mas pela aceitação ou rejeição de determinados códigos e valores, partilhados pelo grupo hegemônico no interior desta *classe*. Logo, há um movimento de interdição de acesso àqueles que ainda buscam sair da condição de vulnerabilidade, no intuito de proteger o patamar simbólico e social alcançado. Deste modo, a definição de *classe* perde seu caráter objetivo, e assume propriedades relacionais.

As sociedades, de modo geral, organizam-se em termos simbólicos, o que não elimina, mas integram os arranjos materiais e econômicos para hierarquizar os indivíduos. Há deste modo, fronteiras invisíveis, acessos proibidos ou restritos de acordo com as posições de classe ocupadas por determinados grupos. No entanto, em momentos de crise e ameaça desta disposição, os códigos e fronteiras responsáveis por tais divisões tendem a ficarem mais explícitos.

Em virtude do esgotamento econômico do Brasil, vivenciado recentemente, houve a restrição ao consumo interno e a intensificação da reação dos grupos que emergiram das "manifestações de junho", com o intuito de demarcarem estes espaços de poder. Entrincheirados em seus projetos políticos individuais buscaram posição através de estereótipos e caricaturas[2] aos grupos de oposição, no intuito de desumanizar e legitimar a rivalidade presente.

Neste sentido, observa-se que embora tenha havido a inserção ao consumo por camadas antes marginalizadas, o mesmo não ocorreu com o desenvolvimento da visão política que fuja à esfera individual. Consequentemente, houve o baixo entendimento de que as melhorias coletivas zelam por ganhos sociais de forma permanente. Assim, observa-se a assimilação do bem estar econômico, através da ampliação ao acesso ao crédito, mas pouca adesão ao projeto de bem estar social, conquistado somente através de lutas coletivas.

Por outro lado, as designações ideológicas de "esquerdas" e "direitas" foram tomadas de flexibilidade conceitual e, por vezes, a classificação foi feita a partir da negação do "outro". Se "ele" se identifica como "direita", e oponho-me, logo sou de "esquerda". Há um obscurecimento das definições de direita e esquerda, em termos de projetos políticos e rumos socioeconômicos.

---

[2] "Coxinhas", em referência ao salgado que geralmente possui somente um recheio – catupiry – para designar o indivíduo portador de ideias conservadoras; e "Petralhas", neologismo com a sigla do Partido dos trabalhadores somada à alusão aos "irmãos Metralha", personagens da Disney, são algumas das denominações assumidas como ataques simbólicos entre grupos de projetos políticos rivais. Rodrigo Patto Sá Motta aponta a caricatura como eficiente mecanismo de difusão de informações, diante de compartimentação e simplificação de significados, dotando a mensagem de clareza e concisão. (Motta 2006, 17-8).

Em casos mais excêntricos, é encontrada a rejeição de ambos espectros ideológicos, mas há a adoção de posições autoritárias congêneres a regimes militares inaugurados a partir do ano de 1964 no Brasil. Conforme será abordado a seguir, esta confusão conceitual se faz pela simplificação das definições ideológicas, em vista da massificação dos debates políticos que se desenvolveram de maneira panfletária e pobre.

Para estes que negam a esquerda e a direita, é fundamental lembrar através de Norberto Bobbio, que para a saúde da democracia é fundamental a tolerância e o respeito à diversidade de opinião (Bobbio 1995, 35). Portanto, ao rejeitarem estes espectros políticos, camuflam posições extremistas que redundam, geralmente, na ainda viva memória falaciosa da ditadura como idílio contra a corrupção. Os anseios autoritários estão presentes de várias maneiras em nossa sociedade, sendo talvez a mais explícita, o desejo de alguns grupos pela retomada das forças militares às esferas políticas. Deste modo, pode se entender tal permanência, talvez, como uma *cultura política* (Berstein 1998, 350-1) de setores hegemônicos no país.

Ao apresentarem demandas, é recorrente encontrar no discurso extremista o viés moralizante, contrário à corrupção e outras pautas igualmente vagas. Estes projetos fluidos são vistos ao longo da vida política do país, com maior vigor, a partir dos anos 1930, pela disseminação das doutrinas fascistas e concepção de Estado centralizado em oposição às propostas econômicas e políticas liberais.

Democracia e Radicalismo

Norberto Bobbio afirma que a democracia deve ser permeável a projetos de direita e de esquerda, não somente àqueles inscritos em esferas antinômicas tais como liberalismo ou socialismo. Bobbio aponta para a complexidade do mapeamento político ideológico nas democracias contemporâneas. Para o autor italiano, essa diversidade cria espaços intermediários entre um extremo político ideológico e outro, com pontos de diálogo, e não somente áreas de disputa e confrontos.

Esta "geografia política" dotada de suas divisões variadas permite observar os pontos de consonância e afastamentos entre direitas e esquerdas ideológicas, conforme as aproximações ou distanciamentos dos pontos intermediários ou, do "centro". Nestes termos Bobbio identifica que este "Terceiro Incluído" passa a ser fundamental para o jogo político, nas esferas de negociação, zelando pela estabilidade da democracia. Por outro lado, o autor italiano enfatiza que este aspecto não elimina as características identitárias das "esquerdas" e das "direitas" (Bobbio 1995, 36). Bobbio afirma como determinantes da democracia a tolerância e a moderação, tal como a inclinação ao diálogo, o que possibilita a coexistência de projetos distintos, em um mesmo regime.

Obscurecidas pelo discurso da crise das ideologias, por vezes escondem-se intenções autoritárias, haja vista que para o equilíbrio da democracia exista a necessidade das esquerdas e direitas, como lados contrários, mas paradoxais, no intuito de manter instituições saudáveis. Dentro da díade direita-esquerda, inserem-se a pluralidade de projetos que se distinguem em função da proximidade e distância do centro. Tal multiplicidade favorece ao desenvolvimento de alternativas políticas amplas, o que define a participação democrática. Logo, ao se defender a inexistência de uma, ou de ambas correntes ideológicas, indiretamente, há a possibilidade de defesa de propostas superficialmente denominadas de "Terceira via", avessas à democracia, com intenções monopartidárias ou, conforme foi o caso da ditadura brasileira, em organização de agremiações partidárias controladas.

Nestes projetos autoritários, existem os anseios de resgate de uma ordem anterior, ficcional na maioria dos casos, onde os males vivenciados contemporaneamente são provocados, segundo este discurso sectário, pelo grupo oposto ao local da fala. Estes discursos radicais encontram fôlego em momentos de instabilidade e crises, onde os indivíduos insatisfeitos são cooptados para o interior destas propostas e seduzidos pelos projetos de erradicação imediata dos males, e retomada de uma ordem anterior, ou alcance de uma utopia estabelecida.

Embora disserte sobre o radicalismo islâmico o filósofo Domenico Losurdo fornece contribuições a respeito da abordagem da organização da democracia. Ao definir aspectos do fundamentalismo, afirma que este tem por característica a construção de identidade imóvel, onde as fronteiras culturais (e neste caso, políticas) deixam de ser espaço de contato e tornam-se locais de separação, pouco permeáveis ao diálogo com o "outro" (Losurdo 2010, 66). Em suma, é em função da ortodoxia que o radicalismo político traduz a realidade vivenciada em projeto político, o que o impede de estabelecer contato com as diferentes propostas.

Tanto a violência, física ou simbólica, quanto a análise racional e objetiva, por si, são incapazes de arregimentarem fileiras de indivíduos dispostos a se dedicarem, arriscarem, ou mesmo se sacrificarem por uma causa ou projeto. Para que sejam mantidos focados em um determinado objetivo, anulando todas as demais alternativas, o *mito* lança-se como mecanismo para coesão e ação coletiva.

O mito é constituído através de um conjunto de símbolos, rituais e imagens que buscam tornar concreto determinado projeto. Desta forma, a propriedade explicativa do mito é encarnada em si ou, em outras palavras, perde-se o caráter objetivo a partir do momento em que se invade o terreno das crenças, e o mito passa a assumir categoria autoexplicativa de visão de mundo. Sobre o uso destes recursos voltados ao poder, Georges Balandier afirma que:

> O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria existência constantemente ameaçada; o poder exposto embaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. (...). Ele só se realiza e conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (Balandier 1982, 7).

Ao entrar no campo das crenças, o discurso reveste-se da moralidade, da preservação de valores, e lança ataque aos alvos da perturbação da ordem desejada. Portanto, o discurso, quando estabelecido sobre as crenças, tem por necessidade assumir a configuração líquida, não comprovável. Todavia, há a atenção vital para que estes anseios não atinjam profundidade, ao ponto de perder a adesão de parte das camadas seduzidas pelo projeto fundamentalista.

Assim, o discurso torna-se vazio de significado, por se estabelecer dentro dos limites da crença, e esta ter sua explicação fundada em si mesma. Como forma de ilustração, a corrupção a ser combatida é uma característica do "outro", e nunca que está em "mim". Os fundamentalistas políticos assumem a figura de defensores e exemplos da moral e da tradição, que devem se manter imaculadas. O pecador não pode ser identificado na fala de quem professa o combate ao pecado, sob o risco de perder a legitimidade do discurso.

Estes limites tênues entre religião e política foram percebidos por Georges Sorel, ao defender a função do catolicismo como bastião da disciplina, castidade e do pessimismo (Sternhell, Sznadjer & Asheri 1994, 90). Deste modo, Sorel utilizava do recurso religioso como meio de exemplificar o modo como os valores e os mitos forneceriam norteadores para organização política.

O pensamento soreliano foi utilizado tanto pelos revolucionários de esquerda quanto pela contrarrevolução da direita. A contribuição utilizada pelos dois extremos, apropriada da obra de Sorel, foi derivada do sindicalismo revolucionário. O uso da violência como arma política e o ataque à sociedade herdeira do iluminismo são pontos partilhados pelos socialistas italianos e pelos reacionários da Ação Francesa, entre os anos 1910 e 1920. "A violência revolucionária", segundo Sorel, "*muda o aspecto de todos os conflitos em torno dos quais se observa; pois nega a organização burguesa, e busca suprimir o Estado com núcleo*." (tradução livre)[3]

Concomitante ao uso da violência com propósito político há o ataque aos organismos institucionais, entre estes, os partidos. Sorel nutriu repulsa pelo Socialismo Parlamentar, liderado por Jaurrès na França, pois afirmava que o partido socialista utilizava da revolta do operariado para finalidades eleitorais. O método para o Socialismo Parlamentar angariar sucesso, segundo Sorel, seria através da exploração das invejas e ódios dos operários em relação à burguesia, conduzindo o eleitorado a seu favor (Sorel 1946, 77).

[3] "*La violence prolétarienne change l'aspect de tous conflits au cours desquels on l'observe; car elle nie la force organisée par la bourgeoise, et prétend supprimer l'Etat qui en forme le noyau central*" (Sorel 1946, 29).

Sorel acreditava na inexperiência da população à prática eleitoral ou para a política institucional. Este aspecto dialogava com a Ação Francesa, de extrema direita, que tinha o objetivo de afastar a população, representados e representantes pela democracia, das esferas de poder. Conversava também com as propostas socialistas que buscavam a mobilização do operariado, no intuito de superar o modelo de participação liberal, e instaurar a ditadura do proletariado.

Neste sentido, o *mito* teria importância fundamental para a mobilização, em vista destas deficiências da população em relação à política, entendidas por Sorel, pois em suas palavras, "*os mitos revolucionários atuais são quase puros; eles levam à compreensão da atividade, dos sentimentos e das ideias das massas populares se preparando para entrar no embate decisivo, não são descrição das coisas, mas a expressão das vontades*" (tradução livre)[4].

O mito possuía para Sorel função estratégica para retirar a população do estágio de letargia e mobilizá-la à ação revolucionária. Por outro lado, entendia ser a democracia, o sufrágio universal, as legislações sociais, a educação pública e a liberdade de imprensa formas de imobilizar os trabalhadores e fragmentar sua unidade (Sternhell, Sznadjer & Asheri 1994, 52).

Estas bases constituídas por Sorel, conforme dito anteriormente, foram partilhadas pelos extremismos de direita e pelos de esquerda, no intuito de afrontar a democracia liberal e ter inserção nos agrupamentos operários. Porém, como este mecanismo de apropriação teórica atendia a ambos grupos radicais, visto que esquerda e direita sustentam propostas antagônicas? Novamente recorrendo a Norberto Bobbio, a democracia se faz a partir da oposição entre direita e esquerda. Em momentos de crise e radicalização das propostas políticas, esta díade altera-se para extremismo – moderantismo. Portanto, os extremismos "*tem bem pouco a ver com a natureza das ideias professadas, mas diz respeito à sua radicalização e consequentemente às diversas estratégias empregadas para fazê-las valer na prática*" (Bobbio 1995, 51-2).

Todavia, cabe a ressalva que embora os extremismos dialoguem, estão longe de fundirem-se. Enquanto o socialismo adota o extremismo para diluir a propriedade particular e o modo de produção burguês, o radicalismo de direita, tal como em ditaduras da América Latina, ou antes, os exemplos fascistas ergueram-se no intuito de proteger e destacar o papel da propriedade privada como estrutural para a organização social. Embora se altere o vetor de oposição em momentos de crise da direita-esquerda, para extremismo-moderantismo, as fronteiras mantem-se demarcadas, porém, permeáveis à onda radical.

---

[4] "*Les mythes révolutionnaires actuels sont presque purs; ils permettent de comprendre l'activité, les sentiments et les idées des masses populaires se preparant à entrer dans la lutte décisive, ce ne sont des descriptions de choses, mais des expressions de la volonté*" (Sorel 1946, 46).

Ao estabelecer análise entre a escalada do conservadorismo contemporâneo e a posição dos discípulos sorelianos, que contribuíram, na Itália, para a ascensão do fascismo, é possível de detectar alguns pontos comuns. Zeev Sternhell afirma que Sorelianos e defensores do livre mercado foram defensores do liberalismo econômico, opondo-se, no entanto à democracia e as posições tributárias das correntes iluministas. Nas palavras de Sternhell

> Soreliano e "liberalista" (defensores do livre mercado) foram de pleno acordo sobre os princípios mais extremos do liberalismo econômico. O termo "liberismo' foi empregado na Itália por todos os adeptos do liberalismo económico que se opuseram fortemente tanto à politica quanto ao liberalismo filosófico e ao modelo de Estado de Giolitti. Essas pessoas defenderam o extremo liberalismo econômico, mas abominavam qualquer tipo de infra-estrutura intelectual associada com a teoria dos direitos naturais ou os princípios da Revolução Francesa (tradução livre)[5].

Este eixo comum ocorria em virtude de Sorel respaldar-se na explicação de evolucionismo (ou darwinismo) social. Assim a igualdade individual do voto, apresentada pela democracia liberal era rejeitada, e as instâncias parlamentares, para Sorel, eram formas de barganhar, e negociar, mas nunca um mecanismo para a revolução. Por outro lado, nutria simpatia à disputa, por interpretar a luta de classes em termos de evolução e reflexo dos fenômenos da natureza (Sorel 1929, 113). É válido destacar que no período de publicação da primeira edição de *Materiaux d'une théorie du prolétariat,* Sorel já afirmava com nitidez sua simpatia a algumas das bases políticas da Ação Francesa, entre elas o combate ao parlamentarismo.

Como herdeiros indiretos do pensamento autoritário inspirado em Sorel, é possível compreender a mediação e a apropriação realizada pela cultura política que presenciamos entre grupos que afrontam a diversidade política e defendem a retomada à ditadura militar e propostas extremistas. Os conservadores contemporâneos defendem a propriedade privada, a meritocracia e, como em grande medida são provenientes das classes médias, economicamente favorecidas, são defensores do livre mercado.

Portanto, estes elementos radicais inclinam-se ao liberalismo econômico, e rejeitam qualquer tipo de intervenção do Estado no mercado, desde que não os favoreçam. A ressalva deve ser feita, pois não é raro perceber que os defensores deste discurso ou seus filhos disputam por vagas em instituições de ensino superior públicas, sendo refratários à política de cotas sociais ou étnicas.

---

[5] "*Sorelian and 'liberistes' (free marketeers) were in complete agreement on the most extreme principles of economic liberalism. The term 'liberism' was employed in Italy by all the supporters of economic liberalism who strongly opposed both the politica and philosophical content of liberalism and Giollitian establishment. These people advocated an extreme economic liberalism but loathed any kind of intellectual infrastructure associated with the theory of natural rights or the principles of the French Revolution*" (Sternhell; Sznadjer & Asheri 1994, 45-6).

Estabelecem críticas à democracia e à participação popular na política, diante da inserção das vozes de setores subalternos nas instâncias de decisão. A partir desta abertura proporcionada pelo amadurecimento da democracia, há a acusação de corrupção das instituições o que, segundo esta retórica, sacrificaria a soberania da nação. As políticas sociais são rechaçadas por estes grupos, em virtude da defesa do livre mercado e da meritocracia.

Ao situarem a democracia como fonte da corrupção em detrimento dos governos militares tidos como imaculados, lidam mal com relação à censura, e a pouca transparência em relação à coisa pública, mantida entre os anos de 1964 e 1985 no Brasil. Confundem na democracia a publicidade das investigações de atos de irregularidade com a corrupção em si.

Neste sentido, confirma-se o aspecto pouco preciso destas reivindicações, respaldadas sob o mito da inexistência de corrupção e da organização tradicional em um passado ficcional, que foram rompidas de alguma forma no presente. Neste cenário se mobiliza estes grupos radicais à ação, no entanto, carente de reflexão ou análise.

Conclusões sobre o conservadorismo autoritário no Brasil: os herdeiros involuntários de Sorel

Não é raro encontrar, nos meios midiáticos, a opinião que após as "manifestações de junho de 2013" e as eleições de 2014, ocorreu a politização da população. Acreditar nisso é não entender os mecanismos do debate político e do discurso democrático. Estes fenômenos referentes a 2013 e 2014 contribuíram para a detecção do incômodo cotidiano, mas não para a cura do mesmo. Os integrantes das alas que pedem "intervenção constitucional [*sic!*] militar" entendem que devem fazer pressão na política institucional, mas não sabem como fazê-la, ou não estão dispostos a inserirem nas esferas de debate dispostas pelas instituições democráticas.

O que ocorreu, portanto, foi a disseminação da política em sua forma massificada, "politicagem" mas não a politização. Presos em sensos comuns, os "manifestantes" adeptos do retorno ao autoritarismo, em grande maioria são difusores de ódio, sem compreenderem muito bem o alvo deste ódio. Assim, tornam-se presas fáceis a aventureiros travestidos de salvadores, quando em realidade, estão tão envolvidos como aqueles acusados por eles, de desvios éticos e de corrupção. Tornam-se a manifestação carnal do ódio e da ignorância política, assumindo assim a representação de *mito*.

Há o interesse dos meios de comunicação em angariar as posições favoráveis ao próprio discurso das "empresas de informação", presentes nestes atos políticos. No entanto, tal postura fomenta o ciclo de desinformação convertida em senso comum, o que fortalece o discurso do *mito* fundamentado sob a crença, como único mecanismo de explicação. O simples fato de ser transmitido por um canal televisivo ou periódico impresso já forneceria o

certificado de "verdade", para o seguidor do mito, que dispensa opinião ou explicação alternativa.

Diante do formato como a programação se faz, de maneira incessante e exaustiva com o bombardeio de informações rápidas e sucessivas as mídias, e ênfase à telecomunicação, exercem poder sobre o expectador. Assim, Pierre Bourdieu aponta que "(...) a televisão que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação da realidade." (Bourdieu 1997, 29). Isso se torna concreto ao se remeter à abordagem de temas de extrema pertinência em cenário nacional tal como a redução da maioridade penal no Brasil, relacionando à maior incidência de reportagens ou programas que abordam a violência praticada por menores infratores, no período das votações sobre a pauta no Congresso. Neste sentido, o expectador ignora as estimativas, pesquisas e dados estatísticos sobre o assunto, para crerem no que viram.

A informação repetida insistentemente, ou *argumentum ad nauseam,* visa ao convencimento pela exaustão. O alvo da mensagem abdica da investigação criteriosa para se deixar influenciar em vista da intensidade que determinada informação é difundida. A não contextualização das reportagens, em caráter intencionalmente superficial, mas repetidas de diversas formas e em intensidade massiva, levam à formação desta politização incompleta.

A mídia, ao destacar escândalos de corrupção investigados, transparece que estamos inseridos em "um mar de lama da corrupção" quando, de fato, está se reparando e punindo atos ilícitos, anteriormente ocorridos. Todavia, diante da velocidade que a informação é transmitida, há a "presentificação" da mensagem.

Por outro lado, a difusão da internet contribuiu para fragilizar o poder das redes de comunicação televisiva. Além disso, Bourdieu argumenta que, se a televisão é emissora da violência simbólica, esta só é exercida pela cumplicidade tácita daqueles que a sofrem (Bourdieu 1997, 22). Deste modo, o telespectador submetido à indústria de massa, da qual as mídias fazem parte, repercute de modo quase inconsciente, a mensagem destinada pelos meios de comunicação. Diante da crença no *mito* da verdade, e da imparcialidade, este espectador, quando levado à ação, age com truculência se confrontado com versão alternativa à encontrada na fonte de sua informação.

Retomando ao mito da Caixa de Pandora apresentado no começo deste artigo, estes grupos desprovidos da consciência da origem dos males, culpam Pandora por ter aberto o recipiente. Porém, a origem do problema recebe pouca importância. Não se percebe o esforço de buscar retornar com estas calamidades para o interior da caixa, ou mesmo saná-las. As acusações e atos agressivos assumem maior importância que as tentativas de correção.

O ataque e a violência em relação aos grupos em disputa funcionam como válvulas de escape em momento catártico. A agressão é o mecanismo utilizado por estes grupos

radicais, de politização parcial, para atestar que há a não concordância com determinado ato, do qual estes não fazem parte. Acusa-se todos aqueles que pensam diferente ou possuem propostas alternativas.

O fundamentalista de esquerda ou de direita, portanto, não está disposto ao diálogo, mas se encontra confortável ao se firmar em suas verdades estáveis, cristalizadas e imutáveis. Deste modo, quem pede pela "intervenção militar" não está aberto para a argumentação, mas sim ao confronto quando suas concepções são desafiadas. Ao serem questionadas, não se coloca em questão propostas em jogo, mas a própria construção identitária do indivíduo preso à visão engessada.

Talvez a obra mais recente que verse sobre o assunto seja *Como Conversar com um Fascista*. A proposta da autora não foi elaborar estudo aprofundado, mas direcionar seu texto ao público extra acadêmico. A linguagem acessível, com frases curtas e de compreensão fácil são pontos positivos que devem ser ressaltados. No entanto, por buscar a abrangência, peca pela generalidade. Se por um lado a autora atesta que o conhecimento requer o contato com o diferente, e que o fascista é desprovido desta qualidade; por outro, cai na armadilha em que armou ao atribuir aspecto de "burrice" a "personalidade autoritária" (Tiburi 2016, 41).

Ao se afirmar que o pensamento autoritário é "burro" se subestima a capacidade de irradiação, e o potencial de arregimentação que o mesmo desfruto. Ao contrário de taxa-lo como tal, deve-se disseca-lo, aproximar-se se dele, tal como um microbiologista aproxima-se do microscópio para enxergar o antígeno. Deste modo, é oferecida a análise criteriosa, sem o risco de infecção. Caso contrário, o que prevalece é o conflito de estereótipos, pois se Márcia Tiburi afirma que a mentalidade autoritária é fascista (o que é altamente simplista, por desprezar experiências ditatoriais igualmente perniciosas que não flertaram com as ideias fascistas), não há impedimento de alguém publicar outro livro que afirme ser a mentalidade socialista igualmente burra. Aciona-se desta forma a perspectiva binária onde toda a esquerda é socialista e toda a direita é fascista. O estereótipo, tal como o mito, tem por finalidade a geração de imagens superficiais, rápidas, e por vezes caricaturais, portanto, devendo ser evitado para abordar o problema de forma criteriosa.

Mesmo com as críticas sofridas pela obra de Tiburi, concorda-se com seu exame sobre o indivíduo que partilha de pensamentos autoritários: ele é um idiota. Não se trata de agressão ou desqualificação pejorativa. Tiburi faz rápido apanhado etimológico da palavra e cita que a idiotia é um sintoma patológico da psiquiatria, mas não chegamos a tal ponto. Atendo-se ao significado da palavra, "idiota", é derivada de "*idios*" que em grego refere-se a algo privado, interno.

Diante da necessidade de repudiar a diversidade, e impor sua posição o radical afasta-se das posições contraditórias à sua. Neste sentido, coloca-se restrito a apenas concepções que lhes são palatáveis, e rejeita àquelas que incitam a crítica e os pontos frágeis de suas

concepções. Deste modo, é intolerante à diversidade ideológica, de gênero, religiosa, entre outras.

Neste sentido, o elemento fundamentalista torna-se idiota por definição. Em outros termos, o idiota é aquele que pensa para dentro, ou está preso em suas próprias concepções, incapaz de perceber o outro enquanto possibilidade de interação (Tiburi 2016, 27). Para o fundamentalista, o diferente é sempre uma ameaça. Neste sentido, a busca por contornar a vaga conservadora e intolerante que assola o país, se faz pela politização – aspecto este que foi deixado em segundo plano nos últimos governos federais, em vista da prioridade à promoção do bem estar econômico. Assim, se gerou classes médias altamente individualistas, que buscam a preservação dos ganhos adquiridos, mesmo que através da interdição dos benefícios em vias de serem conquistados por outros grupos, tais como cotas sociais e étnicas em universidades, ou igualdade de gênero.

Referências

Balandier, Georges. 1982. *O poder em cena.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Berstein, Serge. 1998. "A Cultura Política". En Rioux, Jean-Pierre & Jean-François Sirinelli. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa.

Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.* São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.

Bourdieu, Pierre. 1997. *Sobre a Televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bourdieu, Pierre. 2004. *Economia das Trocas Simbólicas. 5ª* edição. São Paulo: Perspectiva.

Losurdo, Domenico. 2010. *A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo.

Motta, Rodrigo Patto Sá. 2006**.** *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Sorel, Georges. 1929. *Materiaux d'une théorie du prolétariat***.** 3 ed. Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales.

Sorel, Georges. 1946. *Reflexions sur la Violence***.** 10ª ed. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie.

Sternhell, Zeev, Maria Sznadjer & Maia Asheri. 1994. *The Birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution.* New Jersey: Princeton University Press.

Tiburi, Marcia. 2016. *Como Conversar com um Fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro.* 5ª edição. Rio de Janeiro: Record.